

A LUTA PELA PERMANÊNCIA DAS FAVELAS CARIOCAS: O caso da tentativa de remover o Morro do Vidigal em 1977

Aluna: Patricia Dantas Ferreira

Orientador: Rafael Soares Gonçalves

Introdução

As primeiras favelas da cidade do Rio de Janeiro tomam forma nos bairros localizados nas regiões centrais e na zona sul da cidade. Elas surgem como alternativa de moradia próxima aos locais de trabalhos, sobretudo diante dos custos de acesso à moradia nas áreas centrais. Considerados como espaços ilegais e marginais, os moradores das favelas não gozavam dos mesmos serviços dos outros espaços da cidade. As favelas não podiam aceder às redes oficiais de energia elétrica, saneamento básico e água. Se desde o século XIX é possível identificar mobilizações pelo direito à permanência, tais mobilizações ganham destaque na cidade a partir da década de 1930.

Este estudo tem como objetivo um melhor entendimento e aprofundamento sobre os processos de resistência/permanência nas favelas do Rio de Janeiro. Se remoções esporádicas aconteceram nas primeiras décadas do século passado, foi somente na década de 1960 que uma política em grande escala de remoção das favelas se consolida. As remoções aconteceram em grande medida por causa da especulação imobiliária, já que muitas favelas se situavam em locais de alto valor imobiliário.

Essas remoções deslocaram quase 140 mil pessoas entre os anos de 1962 e 1975. De certa forma, o fim da política de remoção se materializou com a resistência dos moradores do Morro do Vidigal contra a tentativa da prefeitura de removê-los para a construção de um hotel de luxo na Avenida Niemeyer, projetado pelo renomado arquiteto Oscar Niemeyer. Travou-se aí uma grande luta por parte dos moradores para impedir essas remoções, resultando na organização de uma associação de moradores, que procurou articular com políticos e com a Igreja Católica, que na época tinha como Arcebispo do Rio de Janeiro Dom Eugênio Salles, estratégias para evitar a remoção. O apoio da Igreja Católica foi primordial para essa mobilização e resistência dos moradores. A presente pesquisa buscou compreender as formas de luta dos moradores para permanecer no morro.

Por conta da organização e do grande movimento realizado por esses moradores, a informação de que muitas famílias seriam removidas para a construção do hotel chegou ao conhecimento de Niemeyer, que, imediatamente, retirou sua assinatura do projeto, pois quando havia feito, não sabia dessa condição de remoção para a execução do projeto. Esse foi um marco para a cidade do Rio de Janeiro, sobretudo, para a história das favelas cariocas. A intervenção da Igreja Católica e a retirada da assinatura do projeto por Niemeyer foram essenciais para a desistência do governo em remover aqueles moradores. A importância do caso e o papel relevante exercido pela Pastoral das Favelas da Igreja Católica permitiu que o

Morro do Vidigal fosse incluído pelo Vaticano como um dos locais de visita oficial do Papa João Paulo II em sua primeira viagem ao Brasil, em 1980.

Contexto das remoções

No decorrer do século XIX, os cortiços eram o local por excelência de moradia dos trabalhadores e se transformam, para a elite carioca da época, no locus por excelência da pobreza, sendo representado como um lugar vulnerável, de concentração dos vadios, malandros e das grandes epidemias.

Com o objetivo de solucionar o problema, foi promulgado um corpus legislativo que impedia a construção de novos Cortiços. Da mesma forma, sobretudo a partir do final do século XIX, intensifica-se as medidas de destruição de cortiços e a operação mais célebre foi aquela que destruiu o Cortiço “Cabeça de Porco”, situado aos pés do Morro da Providência. Da mesma forma, as diferentes reformas urbanas das primeiras décadas do século XX, começando por aquela do Prefeito Pereira Passos entre os anos de 1902 e 1906, destruíram um grande número de cortiços, expulsando grande parte dos trabalhadores da região central da cidade.

Segundo Valladares (2000), os combates aos Cortiços influenciam o surgimento das primeiras favelas. O Morro da Providência, chamado inicialmente de Morro da Favella, surge no final do século XIX. Segundo a autora, há relatos que descrevem que os antigos moradores do “Cabeça de Porco” utilizaram restos de madeiras do cortiço para construir novas casas no morro, já que provavelmente um dos proprietários do cortiço era proprietário de terras nesse morro, prosseguindo o seu negócio nessa área.

Na segunda década do século XX a imprensa passa a chamar de favela todo o espaço advindo de construções irregulares e ilegais, localizadas em encostas com grande aglomeração de pobres à imagem daquele aglomerado do Morro da Favella. Desde os anos de 1900 que os moradores de favelas são alvos da criminalização por parte da imprensa e do Estado.

Na década de 1920, começam os questionamentos por parte dos engenheiros, médicos e jornalistas sobre o futuro da favela, realizando uma grande campanha para destruí-las. Logo após, em 1930, o urbanista francês Alfred Agache, contratado para realizar o plano de embelezamento do Rio de Janeiro enaltece o perigo que poderia causar a permanência das favelas, nomeando-as como “lepras da esthetica” Em 1937, o reconhecimento da existência da favela é comprovado a partir do Código de Obras:.

Art. 349 – A formação de favelas, isto é, de conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construído com materiais improvisados e em desacordo com as disposições deste decreto, não será absolutamente permitida.

Apesar de algumas tentativas de embelezamento e urbanização da favela, a pressão pelo seu fim ganhava mais força através da mobilização de profissionais influentes e instituições de grande porte. Na ocasião, foi construído um pequeno filme de autoria de Mattos Pimenta, que contou com o patrocínio do Rotary Club do Rio de Janeiro que se chamava *As Favellas*.

Mesmo com a criação de uma lei que passava a proibir a construção de novas favelas, na prática não foi o que aconteceu, as favelas continuaram a crescer até que em 1942 o prefeito Henrique Dodsworth apresenta um projeto que visa lançar o Programa dos Parques Proletários. Este programa também não foi suficiente para acabar com o crescimento da favela e os parques proletários acabaram se tornando alguns anos depois novas favelas.

Após o golpe militar de 1964, a política urbana da cidade do Rio de Janeiro sofre grandes alterações, dentre elas, a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), que de sua criação recebeu a liberação de uma grande quantia de verba a ser destinado para a urbanização de locais de moradias populares. A política de remoção para os conjuntos habitacionais periféricos aconteceu com grande repressão e/ou cooptação dos favelados e suas lideranças. É importante salientar que as bases jurídicas já estavam postas para a concretização da política de remoção (Gonçalves, 2013).

Entre os anos de 1962 a 1975 cerca de 140 mil pessoas foram removidas das favelas para as periferias do Rio de Janeiro. Os processos de remoção que estavam a todo vapor entre as décadas de 60 e 70 foram paulatinamente limitados no contexto de abertura política do final dos anos 1970. Um caso emblemático foi a reação dos moradores do Vidigal quando da tentativa de remoção desse morro para a construção de um grande hotel de luxo. A mobilização e luta dos moradores do Morro do Vidigal foram essenciais para uma grande mudança no cotidiano dos moradores de favelas, já que com o fim das remoções e a permanência era necessário repensar esses espaços.



Foto retirada da internet - Google

2. A luta pela permanência: O caso Vidigal e a Pastoral de Favelas

Tendo como título: Procurador afirma que o Estado já tem direito a conservar área do Vidigal, que o Jornal do Brasil, em 03/01/1978 fornece a informação de que o Vidigal seria desapropriado. Embora não houvesse um documento oficial que legitimasse que o Estado é o

dono do terreno, que possui cerca de 144 mil metros quadrados, este já começara a impedir a construção de novas moradias no local.

A partir deste anúncio, os moradores do Vidigal passaram a se reunir e se mobilizar contra a prática das remoções, que já havia afetado outras favelas como a Catacumba, Favela do Pinto e Favela do Esqueleto. Em função ao momento de remoções vivenciado pelos moradores das favelas do Rio de Janeiro, Gonçalves (2013) afirma que o antigo esquema clientelista fora finalmente quebrado, mas tais práticas não desapareceram e foram deslocadas à esfera administrativa. Em vez de candidatos, as favelas eram agora invadidas por funcionários, encarregados de organizar as operações de remoção.

O Sr. Paulo conhecido como Paulinho do Vidigal e ex-presidente da associação de moradores conta que em uma manhã acordou com a presença de funcionários da prefeitura demarcando aproximadamente 113 casas na parte baixa do morro, sendo a sua uma das últimas casas. A demarcação a mando da prefeitura foi realizada por funcionários da Fundação Leão XIII. Foi um momento de muita aflição por parte dos moradores que não sabiam para onde recorrer.



Foto: Patrícia Dantas (2013)

Em todo momento o Estado dizia que a remoção era necessária, pois aquele local era uma área de risco e que, além disso, as favelas estavam sendo espaços de proliferação de doenças devido à falta de saneamento básicos e as condições precárias das moradias. Não demorou muito para que os moradores do Vidigal descobrissem o verdadeiro motivo que incentivava a prefeitura a realizar aquela remoção: especulação imobiliária.

No local de remoção daquelas casas, a prefeitura tinha como objetivo construir um hotel de luxo, já que a Favela do Vidigal fica localizada entre o Leblon e São Conrado, bem

em frente do mar, proporcionando àqueles que ali vivem e/ou visitam uma paisagem espetacular.

Os moradores travaram então uma briga ainda mais forte contra a remoção e foram em busca de pessoas renomadas na sociedade e instituições, que pudessem se unir a eles para garantir sua permanência no morro. Concomitante a tentativa de remoção e a luta pela permanência, a Igreja Católica começa a estruturar um grupo que iria trabalhar diretamente com os favelados, grupo este que ficou conhecido e é até os dias atuais como a Pastoral de Favelas. Os moradores puderam contar com a influência da Igreja para chegar a determinadas autoridades e representantes que poderiam fornecer algum tipo de ajuda contra a remoção. Por fim, os moradores conseguiram bloquear as remoções. A conquista pela permanência acarretou em grandes mudanças na vida dos moradores.

3. A permanência e seus impactos

O caso do Vidigal

Protagonistas de um cenário de abandono por parte do poder público, as favelas cariocas passaram por grandes transformações na década de 1980. Essas mudanças ocorreram com os modelos das construções das moradias, do acesso à água e a luz e as novas organizações que surgiram após um longo período de resistência por parte dos moradores, respostas dadas para o Estado nas tentativas de remover as favelas.

Concomitante a permanência, os moradores do Vidigal receberam a notícia da visita do Papa João Paulo II ao Rio de Janeiro e que ele escolheria uma favela para conhecer. Paulinho do Vidigal (entrevista maio de 2015) conta que os moradores ficaram muito entusiasmados com a notícia e confiantes de que o Vidigal seria a favela escolhida, até mesmo por conta dos últimos acontecimentos. Para a alegria dos moradores o Vidigal realmente foi escolhido para essa visita, incitando mais uma grande mobilização por parte dos moradores, mas agora, para receber o Papa. A associação começou a se reunir com vários moradores para traçar metas e estratégias para a visita.

A partir do anúncio da vinda do Papa o estado e empresas como a Light e a Cedae começaram a se interessar em ingressar a favela, mas os moradores colocaram limites para a execução desses trabalhos.

Por conta do prazo para a realização das obras para a vinda do Papa, a associação dos moradores acordou com a secretaria de urbanização e com a Light que no primeiro momento haveria melhorias apenas no trajeto pelo qual passaria o Papa João Paulo II. Seria construída uma Capela no antigo campinho para receber o papa.



Foto: Patricia Dantas



Foto: Patrícia Dantas

No dia 2 de julho de 1980, os moradores disputavam cada centímetro das vielas do Vidigal para ver, falar e chegar perto do Papa. No dia de sua visita, o Papa percorreu as

pequenas vielas e conheceu alguns moradores. Esse dia ficou marcado na vida dos moradores que receberam um grande presente no decorrer da visita: o Papa João Paulo II doou para os moradores do Vidigal o seu anel de ouro, símbolo do poder papal.

Após as visitas, alguns moradores se reuniram para decidir o que fariam com o anel doado pelo Papa. Paulinho do Vidigal relata que eles estudaram as possibilidades de venda e divisão do valor, mas chegaram à conclusão de que não seria vantagem esta ação e decidiram deixar o anel na capela construída para a vinda do Papa. Depois de uns dias, os mesmos moradores se reuniram temendo que o anel fosse roubado e conversaram com Dom Eugênio Salles sobre esse questionamento. Dom Eugênio apresentou-lhes então a opção de deixar o anel no museu, que tinha sido construído há pouco tempo na Arquidiocese do Rio de Janeiro. Eles aceitaram a proposta e ganharam de presente uma réplica do anel, que possui, inclusive, o mesmo valor financeiro.



Réplica do anel do Papa João Paulo II – Foto: Demerson Couto

Foi construído um espaço na Capela para a guarda da réplica do anel e o que os moradores mais temiam aconteceu: a Capela foi invadida e o anel roubado. O Vidigal ganhou outra réplica do anel e desta vez passou a revezar a posse do anel entre alguns moradores que só levam para a Capela em dias de missas ou eventos especiais.

Os impactos da permanência nas favelas cariocas

Anazir Maria de Oliveira (1993) afirma que em meados da década de 80 moradores começaram a observar a construção de algumas casas já em alvenaria e se destilavam a elas como “casa de rico”, casas estas que já começava a possuir mais de um andar e que embelezavam a favela. Paulinho do Vidigal completa que a vitória da permanência deixou os moradores mais seguros para construir suas casas de alvenaria, pois a construção em madeira era feita por conta da facilidade de locomover os barracos mediante as situações de remoções.

Houve uma grande mobilização por parte dos moradores que se organizaram em forma de mutirões para a construção de novas casas de alvenaria, alterando o modelo dos barracos de madeira.

Oliveira (1993) diz que:

Provavelmente o maior investimento na condição de moradia é decorrência de outros fenômenos que se apresentam correlatos entre si: a consolidação do espaço urbano da favela e a inexistência de uma política habitacional para a população de baixa renda, seja por falta de vontade política, seja pela falta de investimentos governamentais. Além disso, verificou-se uma valorização imobiliária de áreas onde anteriormente eram desenvolvidos projetos habitacionais financiados pelo poder público para populações de baixa renda, tornando-os locais de moradia quase inacessíveis para a maioria dos moradores das favelas.

Fazendo parte dessas grandes mudanças no cenário da favela, também se começou a ser observada a existência do narcotráfico que se aproveitava da ausência do estado nas favelas e começavam a ditar regras nestes espaços. Segundo Gonçalves (2013), um processo de “pulverização territorial” do narcotráfico foi, progressivamente, se instalando como resultado das lutas travadas entre as diversas facções criminosas. Assim, o paradoxo que se impôs é a consolidação das favelas e o acesso paulatino aos serviços públicos, mas em um contexto de aumento brutal da violência.

Referências

- GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: história e direito*. Rio de Janeiro: Pallas: Ed. PUC-Rio, 2013.
- BITTENCOURT, Daniele Lopes. “O morro é do povo” *memórias experiências de mobilização em favelas cariocas*. 2012. 169 f. Orientador: Laura Antunes Maciel.
- DINIZ, Eli. *Voto e Máquina Política. Patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- OLIVEIRA, Anazir Maria. *Favelas e Organizações Comunitárias*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.